

Manual sobre Mensuração, Relato e Verificação

Para as Partes Países em
Desenvolvimento

A experiência do Brasil

Quem tem feito uso do Manual?

Público-alvo: técnicos responsáveis pela elaboração de CNs e BURs, não-negociadores

Atualmente BUR3 e CN4

BUR3: técnicos de 8 ministérios e de uma agência envolvidos

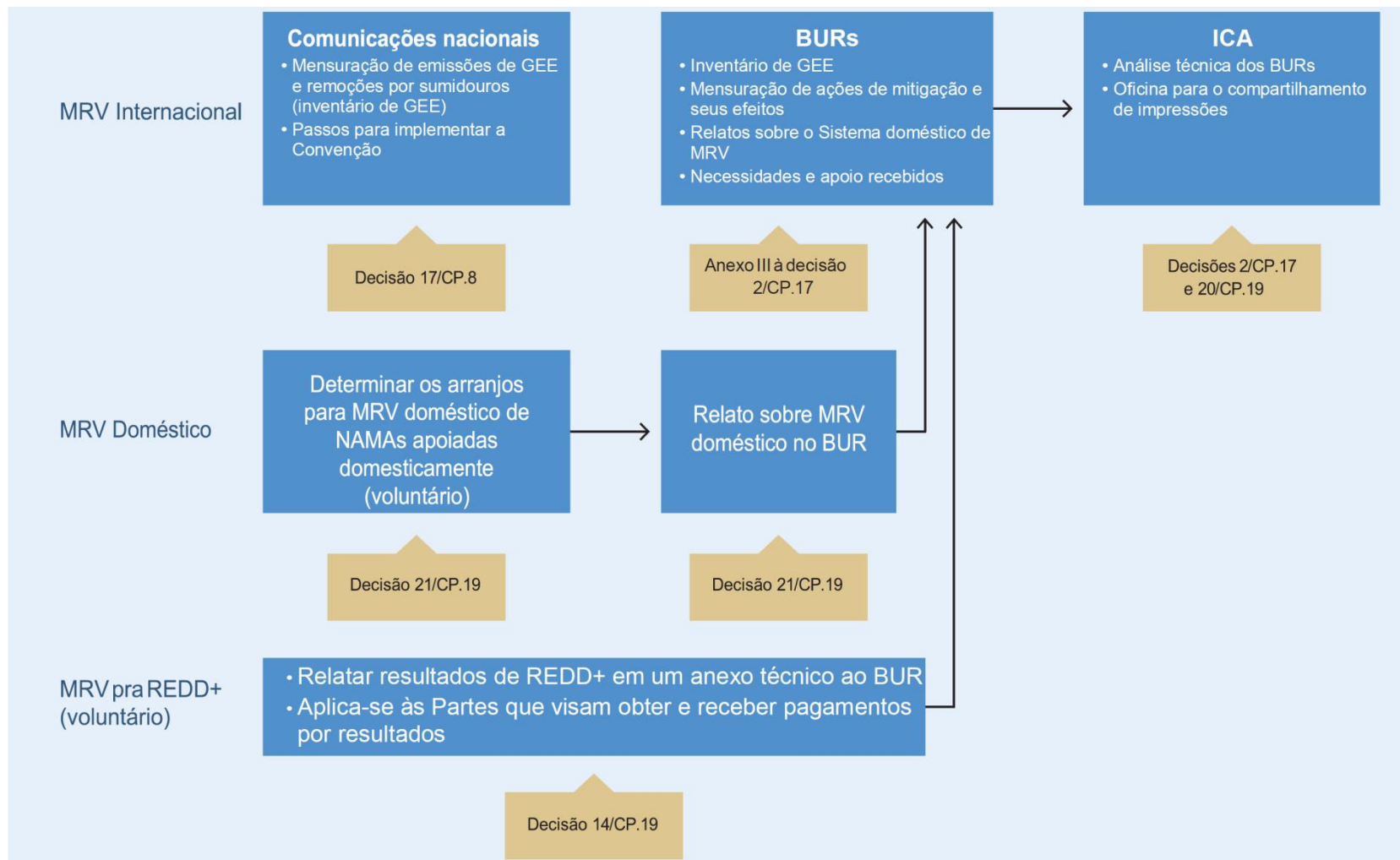
Méritos

- Fornece visão geral do conjunto de decisões adotadas no âmbito da Convenção sobre MRV
- Descreve os elementos-chave da estrutura de MRV
- Dá exemplos, modelos de tabela, de como fazer o relato

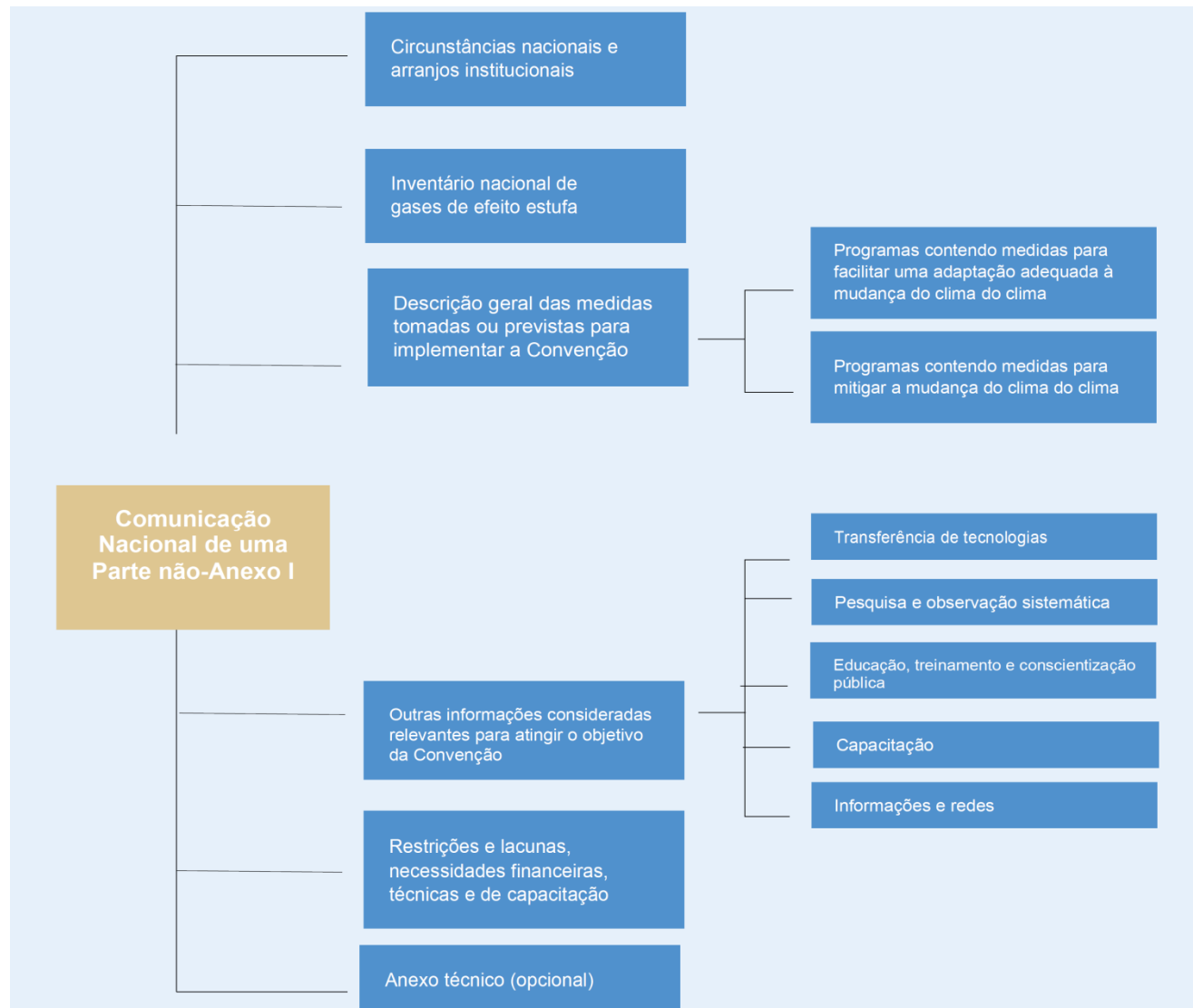
2 Mensuração, Relato e Verificação (MRV): bases e histórico

| | |
|-----------|--|
| 1992/1994 | A Convenção estabelece relatos obrigatórios para todas as Partes e cronogramas para as comunicações nacionais iniciais das Partes que são países em desenvolvimento (Artigo 12, parágrafo 5 e Artigo 4, parágrafo 3) |
| 1996 | As diretrizes para a elaboração das comunicações nacionais das Partes que são países em desenvolvimento são: escopo, estrutura e conteúdo (decisão 10/CP.2) |
| 1997 | O primeiro relato no âmbito da Convenção por Partes que são países em desenvolvimento através da rodada inicial de comunicações nacionais |
| 1999 | O Grupo Consultivo de Especialistas em comunicações nacionais das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção (CGE) é estabelecido para ajudar os países em suas obrigações de relato |
| 2002 | A COP 8 adota as diretrizes revisadas para a preparação das comunicações nacionais (decisão 17/CP.8) e prorroga o mandato do CGE para o período 2003-2007 com uma vigência mais ampla para assistência técnica (decisão 3/CP.8) |
| 2007 | A COP 13 concorda com o princípio da aplicação da mensuração, relato e verificação (MRV) às Partes que são países em desenvolvimento no contexto do empreendimento de ações nacionais/internacionais fortalecidas sobre mitigação da mudança do clima (decisão 1/CP.13) |
| 2009 | O CGE é reestruturado no período 2010-2012 com o intuito de continuar a fornecer assistência técnica e aumentar a capacidade das Partes que são países em desenvolvimento para preparar suas comunicações nacionais |
| 2010 | A COP 16 define a frequência de quatro anos para as comunicações nacionais e introduz elementos adicionais de MRV (decisão 1/CP.16): aprimoramento dos relatos sobre ações de mitigação e seus efeitos, e apoio recebido, nas comunicações nacionais, incluindo inventários de GEE, das Partes não incluídas no Anexo I; relatórios de atualização bienal (BURs) a cada dois anos; consulta e análise internacional (ICA) de BURs; e MRV doméstico de ações de mitigação apoiadas em nível interno. |
| 2011 | A COP 17 adota diretrizes para a preparação de BURs e diretrizes e modalidades para a ICA: submissão do primeiro BUR até dezembro de 2014, consistente com as capacidades e nível de apoio fornecido para os relatórios; as Partes que são países de menor desenvolvimento relativo e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento podem apresentar este relatório a seu critério; o primeiro BUR deve cobrir, no mínimo, o inventário para o ano civil não superior a quatro anos antes da data de envio; o ICA começará no prazo de seis meses após a submissão da primeira rodada dos BURs; o ICA incluirá uma análise técnica em duas partes e um compartilhamento facilitado de pontos de vista |
| 2013 | A COP 19 adota várias decisões sobre elementos da estrutura de MRV: composição, modalidades e procedimentos para a equipe técnica de especialistas no âmbito do ICA (decisão 19/CP.19); diretrizes gerais para MRV doméstico (decisão 21/CP.19); sete decisões do Marco de Varsóvia para REDD+; e o mandato do CGE continua para o período 2014-2018 com vigência mais ampla |

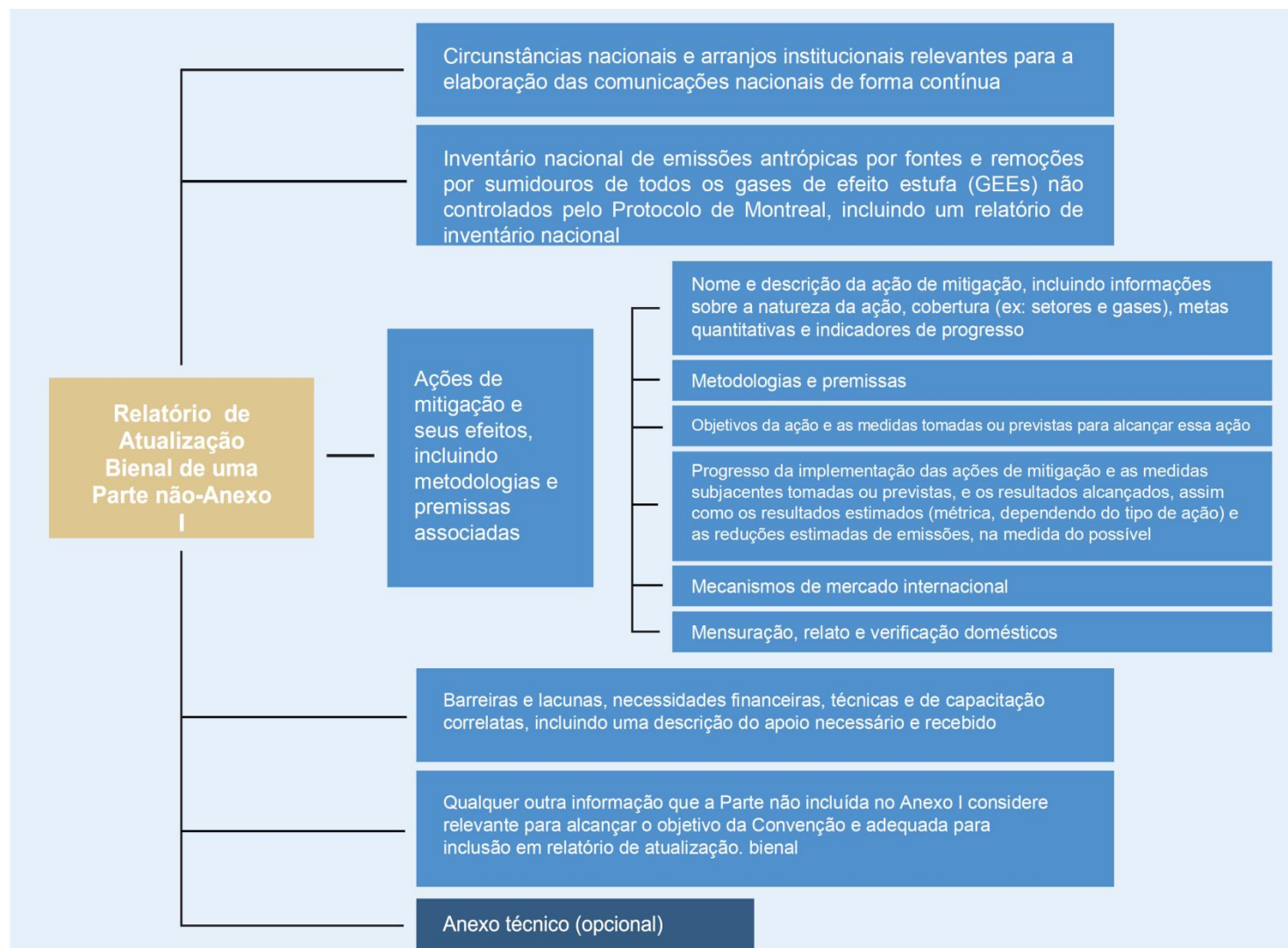
3 Elementos-chave da Estrutura de MRV em Nível Internacional



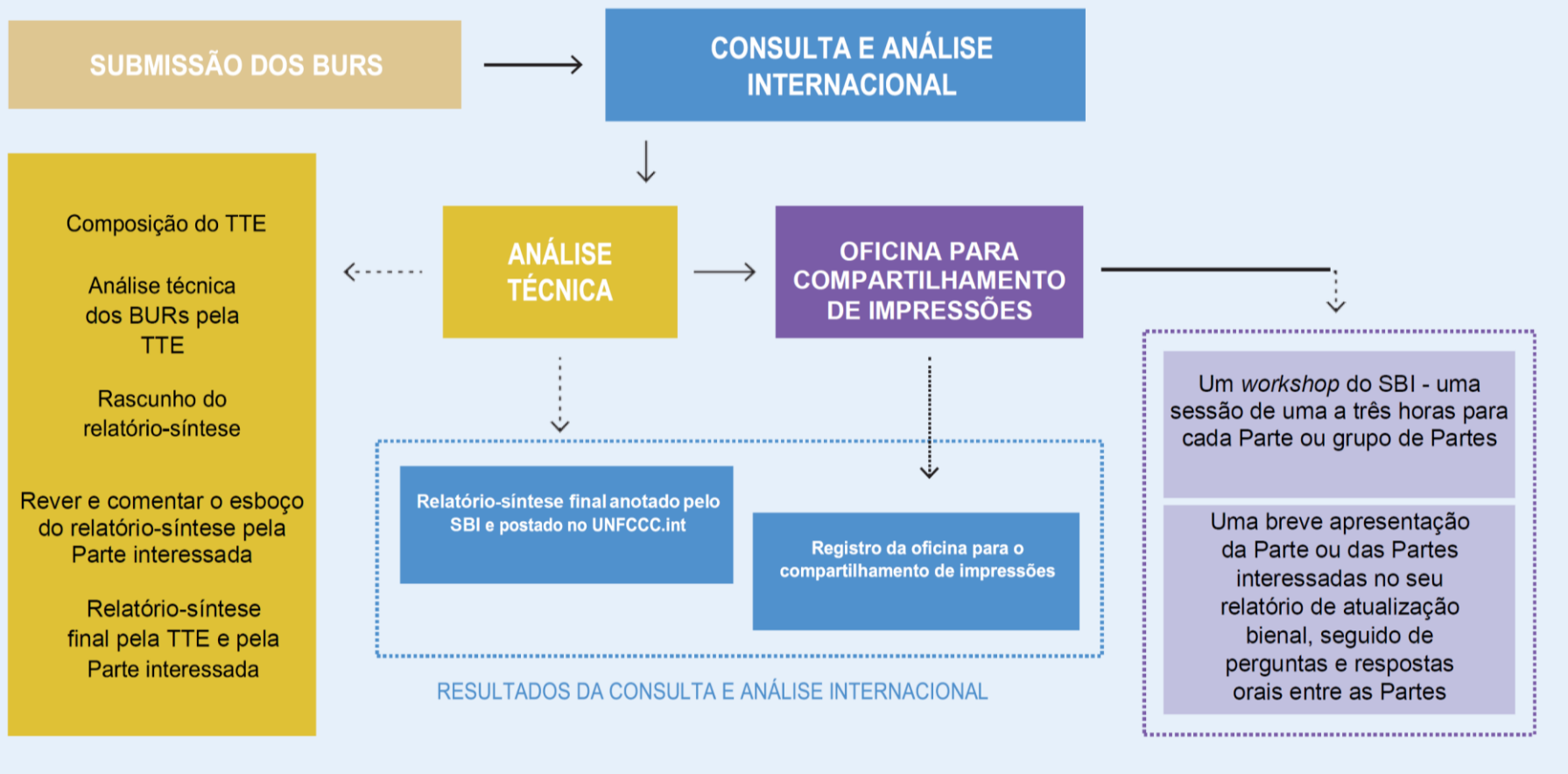
3.1 Comunicações Nacionais



3.2. Relatórios de Atualização Bienal (BUR)



3.3 Consulta e análise internacional (ICA)



Decisões para o relato de ações de mitigação - decision 2/CP.17

| | |
|----|--|
| 11 | Non-Annex I Parties should provide information, in a tabular format, on actions to mitigate climate change, by addressing anthropogenic emissions by sources and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the Montreal Protocol |
| 12 | For each mitigation action or groups of mitigation actions including, as appropriate, those listed in document FCCC/AWGLCA/2011/INF.1, developing country Parties shall provide the following information to the extent possible: |
| | (a) Name and description of the mitigation action, including information on the nature of the action, coverage (i.e. sectors and gases), quantitative goals and progress indicators |
| | (b) Information on methodologies and assumptions |
| | (c.i) Objectives of the action |
| | (c. ii) Steps taken or envisaged to achieve that action |
| | (d.i) Information on the progress of implementation of the mitigation actions |
| | (d.ii) Information on the progress and the underlying steps taken or envisaged, and; |
| | (d.iii) Information on the results achieved, such as estimated outcomes (metrics depending on type of action) and estimated emission reductions, to the extent possible |
| | (e) Information on international market mechanisms. |
| 13 | Parties should provide information on the description of domestic measurement, reporting and verification arrangements. |

| Nome: Utilização de Fontes Alternativas de Energia | |
|---|--|
| Natureza da ação: NAMA | |
| Setor: Energia | |
| Gás(es): CO ₂ eq | |
| Descrição: Introdução de usinas eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e geração elétrica por biomassa para oferta de eletricidade em substituição à implementação de usinas termelétricas. | |
| Objetivo principal: Incremento de fontes alternativas na Matriz Energética Nacional | |
| Período de avaliação: 2010 – 2015 | |
| Objetivos específicos | Progresso obtido |
| Concessão de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Termelétricas à Biomassa e Usinas Eólicas | <p>O Brasil instituiu um incentivo importante que impulsionou a implementação de fontes alternativas de geração de energia que foi o programa PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, finalizado em 30 de dezembro de 2011. Nesse Programa foram contratados um total de 144 empreendimentos, constituído por 54 eólicas, 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 27 usinas térmicas a biomassa. Juntos, os 144 empreendimentos têm capacidade instalada de 3.296,81 MW, compreendendo 1.422,92 MW em usinas eólicas, 1.188 MW em PCHs e 685,24 MW em plantas de biomassa.</p> <p>(Fonte: atualizado em 03/08/2016 – Fonte: DDE/SPE/MME).</p> <p>Além do Programa Proinfa, no período de 2010 a 2015 foram realizados leilões específicos para fontes renováveis de energia. Assim, entre 2010 a 2015, entraram em operação comercial aproximadamente 13.281 MW de potência instalada fiscalizada oriundos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.793 MW), Usinas Eólicas (7.037 MW) e Termelétricas à Biomassa* (4.451 MW).</p> <p>*OBS: Considerando Biomassa de bagaço de cana de cana de açúcar, lenha e casca de arroz.</p> <p>(Fonte: Banco de Informações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.)</p> <p>Segundo o Boletim do Monitoramento do Setor Elétrico Brasileiro, em dezembro de 2010, o Brasil contava com a capacidade instalada de 927 MW para Usinas Eólicas, 7.826 MW para Termelétricas à Biomassa e 3.428 MW para PCH. Em dezembro de 2015, esses valores eram 7.633 MW para Usinas Eólicas, 13.257 MW para Termelétricas à Biomassa e 4.886 MW para PCH.</p> <p>(Fonte: Boletim de Dezembro/2010 e Boletim de Dezembro/2015 - Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro. DMSE/SEE/MME)</p> |

Informações a serem relatadas sobre ações de mitigação e seus efeitos nos BURs

| Nome da ação | Cobertura | Objetivos quantitativos | Indicadores de Progresso | Metodologias/ Hipóteses | Medidas tomadas/ previstas | Resultados obtidos | Reduções estimadas de emissões |
|---|--|--|--|--|--|---|---|
| Nome e descrição da ação de mitigação | Setores e gases | Objetivos da ação | As métricas dependem da natureza da ação, mas devem ser vinculadas ao desempenho | Principais premissas e metodologias utilizadas para estimar as mudanças nas emissões e outros resultados de ações de mitigação | Medidas tomadas ou previstas para se concretizar a ação | Resultados estimados alcançados com base em métricas de progresso | Redução de GEE alcançada e/ou prevista |
| Exemplo 1: Redução de emissões de GEE em X% até 2050 abaixo dos níveis de 2005 | Redução das emissões de GEE (CO ₂ , CH ₄ , HFCs) e fortalecimento dos sumidouros, por meio de uma combinação de medidas nos setores de energia, transporte, florestas, agricultura e processos industriais | Um conjunto de políticas e medidas visando cada setor (lista de políticas de metas essenciais) | Arranjos institucionais para implementar mitigação Número de políticas adotadas e implementadas para cada setor Mudanças comportamentais induzidas/ investimentos mobilizados Reduções de emissões alcançadas | Principais hipóteses e metodologias, as mesmas utilizadas na avaliação de mitigação | Resumo das etapas previstas a nível nacional e em cada setor | Progresso alcançado até o momento de acordo com os indicadores estabelecidos (ex: política de energia renovável adotada; padrões de eficiência energética implementados para novos lares, etc.) | Reduções estimadas de emissões alcançadas até o momento |

Tabelas de Ações de Mitigação no Brasil: BURs 2 e 3

| | | | |
|--|--|---|--|
| Nome: Utilização de Fontes Alternativas de Energia | | Nome: Utilização de fontes alternativas de energia | |
| Natureza da ação: NAMA | | Natureza da Ação: NAMA | |
| Setor: Energia | | Setor: Energia | |
| Gás(es): CO ₂ eq | | Gás (es): CO ₂ e | |
| Descrição: Introdução de usinas eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e geração elétrica por biomassa para oferta de eletricidade em substituição à implementação de usinas termelétricas. | | Objetivo geral: Incremento da capacidade instalada das fontes solar, eólica e biomassa na matriz elétrica nacional | |
| Objetivo principal: Incremento de fontes alternativas na Matriz Energética Nacional | | Período: 2016 - 2017 | |
| Período de avaliação: 2010 – 2015 | | Redução estimada relacionada à NAMA: 26 a 33 milhões de tCO ₂ e até 2020 | |
| Objetivos específicos | Progresso obtido | Objetivo específico: Promover a inserção de usinas eólicas por geração concentrada e por geração distribuída Metas: Aumento da capacidade instalada da fonte eólica Indicadores de Progresso: Potência instalada de usinas eólicas inserida no sistema elétrico Metodologias e premissas: A regulamentação da comercialização de energia elétrica estabelece que as empresas de serviços de distribuição de energia elétrica devem garantir por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento do seu mercado na sua totalidade. Deste modo, são promovidos leilões com os objetivos, dentre outros, de contratar de energia pelo menor preço possível e a atrair investidores para construção de novas usinas com vistas à expansão da geração, inclusive por fontes renováveis. Detalhamento junto ao descritivo geral da ação Ações/Passos dados: Leilões de energia e regulamentação de geração distribuída Resultados: 4.660 MW | |
| Concessão de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Termelétricas à Biomassa e Usinas Eólicas | <p>O Brasil instituiu um incentivo importante que impulsionou a implementação de fontes alternativas de geração de energia que foi o programa PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, finalizado em 30 de dezembro de 2011. Nesse Programa foram contratados um total de 144 empreendimentos, constituído por 54 eólicas, 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 27 usinas térmicas a biomassa. Juntos, os 144 empreendimentos têm capacidade instalada de 3.296,81 MW, compreendendo 1.422,92 MW em usinas eólicas, 1.188 MW em PCHs e 685,24 MW em plantas de biomassa.</p> <p>(Fonte: atualizado em 03/08/2016 – Fonte: DDE/SPE/MME.)</p> <p>Além do Programa Proinfa, no período de 2010 a 2015 foram realizados leilões específicos para fontes renováveis de energia. Assim, entre 2010 a 2015, entraram em operação comercial aproximadamente 13.281 MW de potência instalada fiscalizada oriundos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.793 MW), Usinas Eólicas (7.037 MW) e Termelétricas à Biomassa* (4.451 MW).</p> <p>*OBS: Considerando Biomassa de bagaço de cana de cana de açúcar, lenha e casca de arroz.</p> <p>(Fonte: Banco de Informações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.)</p> <p>Segundo o Boletim do Monitoramento do Setor Elétrico Brasileiro, em dezembro de 2010, o Brasil contava com a capacidade instalada de 927 MW para Usinas Eólicas, 7.826 MW para Termelétricas à Biomassa e 3.428 MW para PCH. Em dezembro de 2015, esses valores eram 7.633 MW para Usinas Eólicas, 13.257 MW para Termelétricas à Biomassa e 4,886 MW para PCH.</p> <p>(Fonte: Boletim de Dezembro/2010 e Boletim de Dezembro/2015 - Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro. DMSE/SEE/MME)</p> | Objetivo específico: Promover a inserção de usinas térmicas à biomassa por geração concentrada e por geração distribuída Metas: Aumento da capacidade instalada da fonte de biomassa Indicadores de Progresso: Potência instalada de usinas termelétricas à biomassa inserida no sistema elétrico Metodologias e premissas: A regulamentação da comercialização de energia elétrica estabelece que as empresas de serviços de distribuição de energia elétrica devem garantir por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento do seu mercado na sua totalidade. Deste modo, são promovidos leilões com os objetivos, dentre outros, de contratar de energia pelo menor preço possível e a atrair investidores para construção de novas usinas com vistas à expansão da geração, inclusive por fontes renováveis. Detalhamento junto ao descritivo geral da ação Ações/Passos dados: Leilões de energia e regulamentação de geração distribuída Resultados: 1.302 MV | |
| | | Objetivo específico: Promover a inserção de usinas solares fotovoltaicas por geração concentrada e por geração distribuída Metas: Aumento da capacidade instalada da fonte solar fotovoltaica Indicadores de Progresso: Potência instalada de usinas solares fotovoltaicas inseridas no sistema elétrico Metodologias e premissas: A regulamentação da comercialização de energia elétrica estabelece que as empresas de serviços de distribuição de energia elétrica devem garantir por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento do seu mercado na sua totalidade. Deste modo, são promovidos leilões com os objetivos, dentre outros, de contratar de energia pelo menor preço possível e a atrair investidores para construção de novas usinas com vistas à expansão da geração, inclusive por fontes renováveis. Detalhamento junto ao descritivo geral da ação Ações/Passos dados: Leilões de energia e regulamentação de geração distribuída Resultados: 1.066 MW | |

Decisões para o relato de necessidades - decision 2/CP.17

| | |
|----|---|
| 14 | Non-Annex I Parties should provide updated information on: |
| | (a) Constraints and gaps |
| | (b) Related financial, technical and capacity-building needs |
| 16 | With regard to the development and transfer of technology, non-Annex I Parties should provide information on: |
| | (a) Technology needs, which must be nationally determined |
| | (b) Technology support received |

| Necessidades de apoio técnico, de capacitação, e financiamento do Brasil (restrições e lacunas) | | | | |
|---|-----------------------------|--------------------------------|--|---|
| Tipo | Setor | NAMA relacionada | Atividade | Informação sobre o apoio necessário |
| Técnicas e de tecnologia | LULUCF | PPCDAm | Avaliação da contribuição de políticas públicas para redução do desmatamento | Desenvolvimento de metodologias e ferramentas |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Estruturação da produção sustentável e cadeias de abastecimento | Desenvolvimento de projetos-pilotos |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Melhorias na gestão sustentável de florestas | Desenvolvimento de projetos-pilotos |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Aprimoramento dos sistemas de monitoramento da cobertura florestal e transparência | Desenvolvimento de metodologias automatizadas de mapeamento e de transmissão de informações para agentes públicos locais |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Transparência e integração de sistemas estaduais de autorização de supressão de vegetação ao sistema federal | Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Integração de sistemas estaduais de controle da produção e transporte madeireiro ao sistema federal | Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas |
| | Energia | Fontes alternativas de energia | Térmica solar concentrada | Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico |
| | Energia | Fontes alternativas de energia | Exploração de energia de resíduos sólidos urbanos | Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico |
| | Energia | Fontes alternativas de energia | Armazenamento de energia | Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico |
| | Todos os setores | Todas as NAMAs apresentadas | Mensuração, relato e verificação de ações e recursos financeiros recebidos para implementar ações | Desenvolvimento de metodologias e ferramentas, implementação de plataforma online |
| | Transferência de tecnologia | Todas as NAMAs apresentadas | Apoio à realização de capacitação em tecnologia e avaliação de necessidades (TNA) | Desenvolver roteiros de implementação de tecnologia e um Plano de Ação |

Exemplo de relatórios sobre as necessidades financeiras, técnicas e de capacitação

Necessidades técnicas e de capacitação

| | Status | Apoio necessário | Apoio recebido | Apoio extra necessário |
|--------|---|------------------|----------------|------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none">- em curso- planejado- completado | | | |
| Ação 1 | | | | |
| Ação 2 | | | | |

Necessidades financeiras

| | Status | Apoio necessário | Apoio recebido | Apoio extra necessário |
|--------|---|------------------|----------------|------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none">- em curso- planejado- completado | | | |
| Ação 1 | | | | |
| Ação 2 | | | | |

Tabelas de necessidades financeiras, técnicas e de capacitação: BURs 2 e 3

| Necessidades de apoio técnico, de capacitação, e financiamento do Brasil (restrições e lacunas) | | | | |
|---|-----------------------------|--------------------------------|--|---|
| Tipo | Setor | NAMA relacionada | Atividade | Informação sobre o apoio necessário |
| Técnicas e de tecnologia | LULUCF | PPCDAm | Avaliação da contribuição de políticas públicas para redução do desmatamento | Desenvolvimento de metodologias e ferramentas |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Estruturação da produção sustentável e cadeias de abastecimento | Desenvolvimento de projetos-pilotos |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Melhorias na gestão sustentável de florestas | Desenvolvimento de projetos-pilotos |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Aprimoramento dos sistemas de monitoramento da cobertura florestal e transparência | Desenvolvimento de metodologias automatizadas de mapeamento e de transmissão de informações para agentes públicos locais |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Transparência e integração de sistemas estaduais de autorização de supressão de vegetação ao sistema federal | Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas |
| | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Integração de sistemas estaduais de controle da produção e transporte madeireiro ao sistema federal | Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas |
| | Energia | Fontes alternativas de energia | Térmica solar concentrada | Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico |
| | Energia | Fontes alternativas de energia | Exploração de energia de resíduos sólidos urbanos | Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico |
| | Energia | Fontes alternativas de energia | Armazenamento de energia | Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico |
| | Todos os setores | Todas as NAMAs apresentadas | Mensuração, relato e verificação de ações e recursos financeiros recebidos para implementar ações | Desenvolvimento de metodologias e ferramentas, implementação de plataforma online |
| | Transferência de tecnologia | Todas as NAMAs apresentadas | Apoio à realização de capacitação em tecnologia e avaliação de necessidades (TNA) | Desenvolver roteiros de implementação de tecnologia e um Plano de Ação |

| Necessidades de apoio técnico, de capacitação, e financiamento do Brasil (restrições e lacunas) | | | | |
|---|--------|--------------------|--|---|
| Atividade | Setor | NAMA relacionada | Lacuna/Barreira | Apoio necessário |
| Destinação de terras públicas federais | LULUCF | PPCDAm | Restrições orçamentárias e escassez de servidores | Construção de interação digital entre os órgãos de registros públicos |
| Criação de unidades de conservação | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Falta reconhecimento da importância das áreas protegidas; Outros interesses de uso das áreas, que provocam divergências políticas para criação de novas áreas protegidas | |
| Aprimoramento da gestão ambiental e territorial das terras indígenas | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Escassez de servidores na Fundação Nacional do Índio (Funai) e restrições orçamentárias | |
| Rastreabilidade das cadeias produtivas | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Escassez de servidores | |
| Promover a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais (fiscalização ambiental) | LULUCF | PPCDAm e PPCerrado | Escassez de servidores | |

Decisões para o relato de apoio recebido - decision 2/CP.17

15

Non-Annex I Parties should also provide updated information on financial resources, technology transfer, capacity-building and technical support received from the Global Environmental facility, Annex II Parties and other developed country Parties, the Green Climate Fund and multilateral institutions for activities relating to climate change, including for the preparation of the current biennial update report.

Tabela de Informações sobre apoio recebido: BUR 2

| APOIO FINANCEIRO RECEBIDO POR MEIO DE CANAIS MULTILATERAIS EM 2014 | | | | | | | | |
|--|--|---|--|----------------------------|------------------------------------|--|--|----------------------------------|
| Instituição | Tipo de apoio (mitigação, adaptação, transversal, outro) | Setor (energia, transporte, indústria, agricultura, florestas, recursos hídricos e saneamento, transversal, outro, não aplicável) | Nome do projeto | Financiamento total (US\$) | Componente específico do clima (%) | Financiamento específico para clima (US\$) | Instrumento de financiamento (subvenções/ empréstimos concessionais) | Data do compromisso/ recebimento |
| CAF | Transversal | Transportes / outros (cidades sustentáveis) | Programa de Mejoría de la Movilidad Urbana y Socio Ambiental de Taubaté | 60.000.000,00 | 100,00% | 60.000.000,00 | Empréstimo | Aprovado em dezembro de 2014 |
| CAF | Mitigação | Transportes | Programa Ambiental y de Optimización Vial | 70.000.000,00 | 100,00% | 70.000.000,00 | Empréstimo | Aprovado em outubro de 2014 |
| CAF | Transversal | Transportes | Programa de Desarrollo de la Infraestructura y de los Servicios Basicos | 50.000.000,00 | 100,00% | 50.000.000,00 | Empréstimo | Aprovado em novembro de 2014 |
| CAF | Adaptação | Recursos hídricos / Outros | Programa de Región Oceánica Sustentable | 100.000.000,00 | 100,00% | 100.000.000,00 | Empréstimo | Aprovado em novembro de 2014 |
| CAF | Adaptação | Outros | Programa de Valorización y Ampliación de la Infraestructura y la Actividad Turística de Fortaleza - PROVATUR | 250.000.000,00 | 100,00% | 250.000.000,00 | Empréstimo | Aprovado em novembro de 2014 |
| CAF | Transversal | Transversal | Niterói Sostenible | 130.000,00 | 100,00% | 130.000,00 | Subvenção | Aprovado em 2014 |
| CAF | Mitigação | Energia / florestas | Estudio sobre sinergias positivas entre el sector electrico y forestal em la región del Tapajós, Amazônia | 100.000,00 | 100,00% | 100.000,00 | Subvenção | Aprovado em 2014 |

Exemplo do formato de relatório para informações sobre recursos financeiros, transferência de tecnologia, capacitação e apoio técnico recebido

Descrição do apoio recebido

| Tipo | | GEF | Anexo II e outras Partes que são países desenvolvidos | Instituições Multilaterais | Fundo Verde do Clima | Outras fontes |
|------------------------------|-----------------------------|-----|---|----------------------------|----------------------|---------------|
| Preparação dos BURs | Recursos financeiros | | | | | N/A |
| | Capacitação | | | | | N/A |
| | Apoio técnico | | | | | |
| | Transferência de tecnologia | | | | | |
| Atividades contidas nos BURs | Recursos financeiros | | | | | |
| | Capacitação | | | | | |
| | Apoio técnico | | | | | |
| | Transferência de tecnologia | | | | | |

Tabela de Informações sobre apoio recebido: BUR 3

| Financial support received through multilateral channels in 2016 | | | | | | | | | | |
|--|--|---|--|---------------------|--------------------------------|--------------------------------|--|----------------------------|--|--------|
| Institution | Type of support (mitigation, adaptation, cross-cutting, other) | Sector (energy, transport, industry, agriculture, forestry, water and sanitation, cross-cutting, other, not applicable) | Project name | Total funding (USD) | Climate-specific component (%) | Climate-specific funding (USD) | Financial instrument (grant/concessional loan) | Date of commitment/receipt | Transfer of technology/capacity building | Source |
| IBRD | Adaptation | Water | Teresina Enhancing Municipal Governance and Quality of Life | 88,000,000.00 | 11% | 9,680,000.00 | Loan | 24/02/2016 | Yes | |
| IBRD | Mitigation | Agriculture, fishing, and forestry | FIP - Development of Systems to Prevent Forest Fires and Monitor Vegetation Cover in the Brazilian Cerrado | 9,250,000.00 | 100% | 9,250,000.00 | Grant | 28/03/2016 | Yes | |
| IFC | Mitigation | Cross-cutting (Small and medium enterprises) | BANCO ABC BRASIL SA | 85,710,000.00 | 50% | 42,855,000.00 | Loan (non concessional) | 12/05/2016 | NA | |
| IFC | Mitigation | Agriculture | CERRADINHO BIOENERGIA SA | 49,000,000.00 | 100% | 49,000,000.00 | Loan (non concessional) | 27/07/2016 | NA | |



Obrigada por sua atenção

Patrícia Soares Leite

Divisão da Mudança do Clima

Ministério das Relações Exteriores